



O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. PSD - SP) - Boa tarde a todas e a todos.

Declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, destinada à:

1) oitiva do Deputado Hiran Gonçalves, testemunha arrolada pelo Deputado Alexandre Leite, Relator do Processo nº 2, de 2019 — Representações nºs 2 e 3, de 2019, do Partido Progressista, em desfavor do Deputado Boca Aberta:

2) oitiva das seguintes testemunhas da defesa: Sr. Maicon Rafael da Silva Bacili; Sr. Alecsandro Félix da Silva; Sr. Márcio Aurélio Elesbão; Sr. Ary Antunes Júnior; Sr. Everton Luiz de Assis.

Comunicações.

Com relação ao processo em desfavor do Deputado Boca Aberta, informo o seguinte:

O procedimento deste Conselho de Ética em relação à ordem da realização das oitivas é ouvir primeiramente as testemunhas do Relator, as do autor da representação e, somente após, as testemunhas da defesa e o Representado — isso em respeito ao amplo direito de defesa e do contraditório, como já foi dito no dia da apresentação do Plano de Trabalho do Relator.

Inicialmente, o cronograma seria ouvir as testemunhas do Relator nos dias 8 e 15 de outubro de 2019, uma vez que os pais da menor cujo vídeo foi divulgado, a Sra. Maria Jislaine Lins da Silva e o Sr. Carlos da Silva, e seu advogado, Dr. Zeno Bettoni Bortolotti, já haviam confirmado presença para o dia 15 de outubro de 2019.

O início das oitivas da defesa ocorreria a partir do dia 22 de outubro de 2019, já que os Srs. Alecsandro Félix da Silva, Márcio Aurélio Elesbão, Marlos Wilton de Andrade, Johann Victor de Almeida Santos e Maicon Rafael da Silva Bacili, já haviam confirmado presença no dia 22 de outubro de 2019; as outras três testemunhas da defesa foram substituídas a pedido do Representado.

O cronograma teve que ser alterado em razão do cancelamento, por parte das testemunhas, das oitivas que seriam realizadas no dia 15 de outubro, por motivo de enfermidade do advogado Dr. Zeno Bettoni Bortolotti, pois as testemunhas informaram que não compareceriam sem a presença do advogado.

As referidas testemunhas, pais da menor, confirmaram presença novamente nos dias 23 ou 24 de outubro de 2019, mas cancelaram, mais uma vez, as oitivas a serem realizados no dia 24 de outubro, agora por motivos particulares das testemunhas.



Informo que o Relator dispensou as oitivas da Sra. Jislaine e do Sr. Carlos da Silva em função dos dois cancelamentos por parte das referidas testemunhas, uma vez que a Câmara já havia emitido, por duas vezes, passagens aéreas para essas testemunhas e para o advogado, e, além disso, pela dificuldade para disponibilizar datas às testemunhas da defesa, tendo em vista que o prazo da instrução probatória se encerra no dia 13 de novembro de 2019, em conformidade com o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Com relação às oito testemunhas de defesa:

As cinco testemunhas da defesa — Srs. Alecsandro Silva, Márcio Elesbão, Marlos Andrade, Johann Santos e Maicon Rafael — foram convidadas a comparecer no dia 24 de outubro e declinaram do convite para essa data.

Foram retirados às cinco testemunhas da defesa convites para os dias 29, 30 e 31 de outubro, dos quais declinaram os Srs. Marlos, Johann e Maicon, ficando este Conselho no aguardo da resposta dos Srs. Alecsandro Félix e Márcio Elesbão.

O Representado solicitou substituição de três testemunhas da defesa pelos Srs. Joesley Batista e Agostinho Serafim e pelo Senador Ciro Nogueira, os quais declinaram do convite.

Em 22 de outubro, o Representado protocolou petição requerendo nova substituição de testemunhas da defesa, para que se convidasse o Sr. Ary Antunes Júnior, no lugar de Joesley Batista, e o Sr. Everton Luiz de Assis, em substituição ao Sr. Agostinho Serafim. Em resposta, o Relator deferiu o requerimento, na condição de que as testemunhas prestassem seus esclarecimentos nesta reunião.

Informo que todas essas informações foram enviadas ao Deputado Boca Aberta pelos *e-mails* institucionais, bem como por Sedex, com AR, além da tentativa de entrega junto ao gabinete do Deputado, o qual se encontra fechado, conforme atestado em certidões anexadas aos autos.

Em 28 de outubro, ontem, o Sr. Ary Antunes respondeu que só poderá comparecer perante este Conselho de Ética nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2019. E o Sr. Everton Luiz de Assis informou que se coloca à disposição nos dias 10, 11 e 12 de dezembro de 2019.

Informo ainda que:

1) o Sr. Maicon Rafael da Silva Bacili enviou um *e-mail* na sexta, dia 25 de outubro, e no sábado, dia 26 de outubro, confirmando presença para oitiva em 29 de outubro e 30 de



outubro; porém, ontem, dia 28 de outubro, enviou outro *e-mail* cancelando comparecimento nesta semana e se colocando à disposição nos dias 5, 6 ou 7 de novembro de 2019;

2) o Sr. Marlos Wilton de Andrade encaminhou *e-mail* no sábado, 26 de outubro, informando que não poderá comparecer nos dias 29, 30 ou 31 de outubro de 2019; porém, hoje, 29 de outubro, enviou *e-mail* se comprometendo a prestar esclarecimentos em 24, 25 ou 26 de dezembro de 2019;

3) o Sr. Johann Victor de Almeida Santos enviou *e-mail* no dia 26 de outubro, sábado, informando que só poderia comparecer perante este Conselho nos dias 22 ou 23 de outubro; e ontem, dia 28 de outubro, informou que poderá comparecer para prestar esclarecimentos nos dias 26, 27 e 28 de novembro de 2019.

4) o Sr. Márcio Aurélio Elesbão enviou *e-mails* no domingo, 27 de outubro, e ontem, 28 de outubro, informando que não poderá comparecer nesta semana, e, sim, na semana posterior; em novo *e-mail* enviado ontem, coloca-se à disposição nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2019.

5) o Sr. Alecsandro Félix da Silva enviou *e-mail* ontem, 28 de outubro, informando que não poderá comparecer nesta semana, colocando-se à disposição para vir nos dias 19, 20 e 21 de novembro de 2019.

O Deputado Boca Aberta está presente? (*Pausa.*)

Indago novamente: o Deputado Boca Aberta se encontra presente? (*Pausa.*)

Não, não está presente.

Ausente o Deputado Boca Aberta, eu vou designar, na qualidade de Presidente do Conselho de Ética, neste momento, um defensor dativo para esta reunião.

Designo o Sr. Dr. Leo Van Holthe, OAB nº 23.992, como defensor dativo para esta reunião.

Oitivas.

Faço alguns esclarecimentos a respeito da oitiva, conforme dispõe o art. 12 do Regulamento deste Conselho de Ética.

A testemunha prestará compromisso e falará somente sobre o que lhe for perguntado, sendo-lhe vedada qualquer explanação ou consideração inicial à guisa de introdução — art. 12 do Regulamento.



Inicialmente será dada a palavra ao Relator, o Deputado Alexandre Leite, para que formule as suas perguntas, que poderão ser feitas em qualquer momento que ele entender necessário.

Após a inquirição inicial do Relator, será dada a palavra ao Deputado Boca Aberta ou ao seu defensor, para que formule questionamentos à testemunha — isso está no art. 12, inciso III, do Regulamento.

A chamada para que os Parlamentares inquiram o depoente será feita de acordo com a lista de inscrição, que já está disponível, chamando-se primeiramente os membros deste Conselho, que têm 10 minutos para formular perguntas, com 3 minutos para a réplica.

Será concedido aos Deputados que não integram o Conselho a metade do tempo dos membros, ou seja, 5 minutos, conforme art. 12 do Regulamento.

O Deputado que usar a palavra não poderá ser aparteado, e o depoente não será interrompido, exceto pelo Presidente ou pelo Relator.

Se a testemunha se fizer acompanhar de advogado, este não poderá intervir ou influir, de qualquer modo, nas perguntas e nas respostas, sendo-lhe permitido consignar protesto ao Presidente do Conselho, em caso de abuso ou violação de direito.

Após a oitava, os Líderes poderão fazer uso da palavra pelo tempo proporcional ao tamanho da sua bancada. Os Vice-Líderes poderão usar a palavra pela Liderança mediante delegação escrita pelo Líder.

Registro a presença do nobre Deputado Hiran Gonçalves e o convido a tomar assento à mesa.

Para atender às formalidades legais, será firmado o termo de compromisso, de cujo teor faço a leitura:

Câmara dos Deputados

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Termo de compromisso:

Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 2, de 2019, referente às Representações nº 2, de 2019, e nº 3, de 2019, apensada, ambas em desfavor do Deputado Boca Aberta, do PROS do Paraná.

Sala de Reuniões, 29 de outubro de 2019.



Deputado Hiran Gonçalves

Passo a palavra ao nobre Relator, o Deputado Alexandre Leite, para os seus questionamentos.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Boa tarde a todas e a todos os presentes.

Cumprimento o Presidente Cezinha de Madureira e o Deputado Hiran Gonçalves, nosso colega.

Pretendo ser breve nas perguntas, até porque muitas das questões estão esclarecidas nos autos. Mas vale ouvir do depoente algumas ponderações.

Início, com base nas acusações feitas pelo Deputado Boca Aberta, perguntando se V.Exa. responde a algum dos processos de que foi acusado pelo Deputado Boca Aberta.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Relator. Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Relator, o senhor fala... Ele me imputou, Deputado Alexandre, que eu estaria... que eu havia sido condenado a devolver recursos no Partido Trabalhista Brasileiro; que eu tenho processo que envolve 60 pacientes, um processo por erro médico; e que eu havia recebido recursos da JBS. O senhor quer que eu enumere um a um? Como é que o senhor acha melhor que eu faça as minhas...

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Apenas diga se responde a algum processo que ele imputou a V.Exa.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Em relação à minha atividade como médico? É que ele dividiu em várias... Ele fez cinco denúncias contra mim. Até a título de ser mais didático e ser mais claro para as pessoas e para este Egrégio Conselho, enumerei todas as denúncias para esclarecer cada uma delas. Eu não sei se V.Exa. acha mais adequado que eu faça assim. Eu estou aqui para tentar esclarecer da melhor maneira possível.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Mas responde a algum processo ou não?

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Eu respondo... Eu tenho um processo. O autor é um paciente meu, Valdeni Roseno Monteiro. Ele me processou porque... Eu posso esclarecer o porquê, Relator?

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Pode.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Eu, há mais de 20 anos, ou um pouco mais, operei esse paciente. Ele era meu paciente privado. Como ele era um paciente de



poucas posses e tinha uma miopia muito alta, eu o operei. E operei gratuitamente, porque eu vi que, realmente, ele não tinha condição de custear aquela cirurgia, uma cirurgia a *laser* que nós fazemos já há muito tempo lá no nosso Estado, muito feita no Brasil e no mundo todo. Muito bem. Depois de aproximadamente uns 8 ou 10 anos, esse paciente teve um problema num dos olhos que não tinha nada a ver com a cirurgia. E ele imputou aquele problema que ele teve, depois de mais de 10 anos, que teria sido uma consequência da cirurgia que eu tinha feito nele, gratuitamente. Este processo foi julgado e foi arquivado, porque a queixa dele foi julgada improcedente.

O segundo é um processo...

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Deputado Hiran, se V.Exa. não quiser...

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Mas eu faço questão.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Os processos a que me refiro são inerentes à atividade Parlamentar, não ao âmbito pessoal.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Não, ao âmbito parlamentar, não.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Não?

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Ele me imputou vários... Eu queria esclarecer. O senhor sabe por quê? Porque, quando esse cidadão coloca nas redes sociais estas questões, ele publicou nas redes sociais e, inclusive, falseou um processo do PTB, como se eu estivesse envolvido naquela lide, e eu não estou, eu vou provar aqui. Eu quero rechaçar, porque nas redes sociais... O senhor sabe que eu sou Presidente da Frente Parlamentar Mista da Medicina e defendo que se faça medicina se submetendo ao REVALIDA. Muitos brasileiros e estrangeiros que querem trabalhar no Brasil lutam para que se faça o REVALIDA, mas existem alguns modelos em que nós consideramos um REVALIDA muito facilitado, o que seria ruim para o povo brasileiro. Portanto, eu rechaço a ideia de se fazer um REVALIDA, que se diz *light*. Às vezes, eu sou atacado por estas pessoas que moram fora do País. Hoje elas têm utilizado estas denúncias do Deputado Boca Aberta para me atacar nas redes sociais. Elas publicam que eu sou condenado a devolver dinheiro do PTB, publicam que eu tenho um monte de processos por erro médico. Na verdade, eu estou sendo vítima de calúnia. Só quem sofre isso nas redes sociais é que pode avaliar a extensão do dano. O segundo processo foi movido por outro paciente. Eu queria deixar claro aqui que nós operamos, em média, mais de 200 pessoas por mês no meu Estado, isso há 30 e poucos anos. Este processo é de um senhor que nós operamos.



Ele teve um problema e foi operado em outra clínica. Ele imputou a mim um dano. Depois, ficou esclarecido que não fui eu que o operei, neste caso. Este processo está em regime de perícia. Ele será submetido a uma perícia e será esclarecido. Na realidade, eu não tenho nenhuma condenação por erro médico nos meus 39 anos de profissão. Terceiro, existe um processo aguardando perícia, no meu Estado, em que não fui eu que operei. Mas, como eu sou o responsável técnico da clínica, eu sempre sou incluído na lide. Foi um colega meu que operou a paciente. A paciente achou que o resultado não tinha ficado como ela esperava. Eu fui incluído nesta denúncia, mas porque eu sou o diretor técnico. Em nenhum dos casos, houve condenação. Em relação à denúncia de que eu haveria recebido 1 milhão e 690 mil da JBS, quero esclarecer às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados e às pessoas que nos acompanham que eu fui eleito, no meu primeiro mandato, pelo Partido da Mobilização Nacional — PMN. Eu recebi do partido 10 mil reais para comprar santinho, material de campanha. Foi só isso, foi a única coisa que eu recebi. Portanto, eu não sei de onde...

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Aproveitando, esta seria a segunda pergunta, em 2014 em que partido V.Exa. estava quando migrou do PMN para o PP?

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Do PMN, 22 Deputados, na Legislatura passada, foram para o Partido da Mulher Brasileira, porque, como não havia janela, nós fomos para o PMB. Depois eu fui para o Progressista. No Progressista, eu me candidatei agora no segundo mandato. No segundo mandato, nós utilizamos o fundo eleitoral para a campanha, quer dizer, não houve doação. Portanto, eu nunca recebi absolutamente nada da JBS. Não tem nenhum fundamento esta afirmação. A terceira é que ele diz que eu sou réu por danos morais e erro médico por mais de 40 autores. Eu já esclareci aqui que um deles já está arquivado, e os dois estão sob perícia. Um diz respeito a um olho que eu não operei, e o outro eu também não operei, mas a operação foi feita na minha clínica por um colega meu, um grande amigo meu, muito competente. Como nós operamos muita gente, às vezes a pessoa acha que não teve sua expectativa de resultado na cirurgia, apesar de a Medicina não ser uma ciência de resultado. Como a ciência dos advogados, a Medicina é uma ciência de meio. Este processo está na fase de perícia, e eu acredito que não vai haver problema nenhum, porque eu já estou há quase 40 anos fazendo, e nós temos protocolos rigorosos, Sr. Presidente Cezinha, para submeter as pessoas a cirurgias. A quarta denúncia, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, é que eu havia sido condenado a



devolver 368 mil reais aos cofres públicos, que teriam sido utilizados por meio de recursos do Partido Trabalhista Brasileiro. Eu tenho aqui as certidões dos partidos a que já fui filiado na minha vida toda. Eu nunca fui filiado ao PTB. Eu também tenho uma declaração do Partido Trabalhista Brasileiro de que nunca foi filiado ao partido. Depois que nós recebemos esta denúncia, nós fomos ver que existe uma das coisas mais graves nesta denúncia do Deputado Boca Aberta: ele forjou uma ata do TSE para inserir meu nome como agravado no processo do PTB. Eu estou passando para V.Exa.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Ele acrescentou como prova, e isto aqui realmente é falsificação de documento público.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Falsificação de documento público. Era uma ação do Partido da Mulher Brasileira, no qual nós estávamos inseridos, e ele colocou meu nome no processo anterior. Aqui está. Nós temos o processo de prestação de contas. Meu nome está no processo abaixo. Ele colocou meu nome no processo anterior, como se eu houvesse sido condenado a restituir este valor. Aliás, isto é algo a que ele deve responder eventualmente na Justiça Comum, porque é muito grave.

Ele diz que meu patrimônio, de 2002 a 2018, aumentou 480%. Eu tenho aqui meu Imposto de Renda. Eu declaro meu Imposto de Renda religiosamente todos os anos. Meu patrimônio não aumentou — aumentou exatamente proporcionalmente ao trabalho que eu faço desde o início da minha vida profissional. Eu sou médico. Há outra coisa: quando ele menciona 2002, eu só sou Deputado a partir de 2014: meu primeiro mandato foi na Legislatura anterior. Eu sou Deputado há aproximadamente 5 anos. Eu até estou abrindo mão do meu sigilo fiscal e colocando aqui minha declaração de Imposto de Renda. Minhas declarações são sempre processadas sem nenhum problema. Eu não tenho nenhum problema com a Receita Federal do País.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. PSD - SP) - Gostaria de registrar, Deputado Hiran Gonçalves, a presença do assessor do Deputado Boca Aberta, o Sr. Rafael Flávio de Moraes.

V.Exa. pode prosseguir.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Portanto, eu queria deixar claro aqui que estas denúncias são absolutamente infundadas. Além do que ele me imputa aqui, eu não tenho nenhum processo, nem na Legislatura anterior, nem nesta. Tudo o que ele me imputa aqui é absolutamente falso. Portanto, é algo muito grave o que o Deputado tem feito.



Aliás, desde o início desta Legislatura na nossa Casa, nós vemos o Deputado agredir não só a mim, mas também à instituição Congresso Nacional. Ele tem agredido a Câmara. Ele diz que aqui só existem corruptos. Até no dia da nossa posse, eu lembro muito bem, ele fez matérias lá na frente, denegrindo a imagem de pessoas que ele nem conhece. Ele não conhece a história, não conhece o compromisso de cada um de nós aqui. Eu acho isso muito grave. Além disso, ele falsificou um documento público do Tribunal Superior Eleitoral para imputar a um colega algo que eu nunca pratiquei! Isto aqui não é coisa que suscite dúvida. É absolutamente claro, é documental. Os documentos estão aqui. Eu vou passar para V.Exa. analisar. Os documentos estão aqui, para todos os que precisarem para formar seu juízo de valor. Trata-se de documentos públicos. Eles estão aqui. Eles estão nos sites dos tribunais. V.Exas. podem ver. Eu tenho também uma certidão de nada-consta do TSE de que não tenho nenhum processo ou denúncia no TSE. Não tenho nada disso. Portanto, isto é muito grave. Além disso, volto a dizer, eu tenho sido submetido a acusações muito graves nas redes sociais. Esse senhor me fez estas denúncias, que ficam como sendo verdadeiras. Pessoas, principalmente no caso de algumas associações de médicos que são formados no exterior e que querem trabalhar no Brasil, acham que, como nós queremos fazer um marco legal adequado para se fazer o REVALIDA no País, nós estamos dificultando a entrada destes médicos no País e me atacam. Essas pessoas dizem: "*O Deputado Hiran, que se diz um defensor da Medicina, tem 40 processos, é condenado a devolver dinheiro público. Qual é a moral que o Deputado Hiran tem para defender a saúde pública e a Medicina no nosso País?*" Isso é muito grave. Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, eu continuo à disposição de V.Exas. para esclarecer qualquer coisa que tenha sido imputada a mim pelo Deputado Boca Aberta.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Gostaria de fazer mais dois esclarecimentos finais para fechar esta questão.

V.Exa. tem alguma pretensão política em comum, dentro ou fora da Casa, com o Deputado Boca Aberta? Seria a questão dos médicos estrangeiros a origem deste desafeto? Qual foi a origem ou o fato desencadeador deste desafeto?

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Sr. Presidente, Sr. Relator, o que desencadeou esta ação aqui, em que eu inicialmente decidi fazer a denúncia, é que nós tivemos ciência pelas redes sociais — nós fazemos parte de vários grupos de médicos de todo o Brasil —, nós tivemos conhecimento da maneira como o Deputado Boca Aberta



aborda médicos, entra nos hospitais, nas emergências médicas no Paraná. Ele chamou a atenção do movimento médico como um todo em relação àquele comportamento que ele teve em Jataizinho. Aliás, o colega já esteve aqui prestando depoimento. Eu me manifestei, na Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, em relação àquilo, dizendo que aquele posicionamento do Deputado Boca Aberta, longe de ser algo que defendesse os interesses da população, jogava a população contra um médico, um rapaz sério, que estava trabalhando de maneira correta, alguém que não tinha nenhum tipo de imputação ético-profissional no seu Conselho. Ao fazer aquilo, ele fazia uma cisão, prejudicando a boa relação que tem de haver entre médico e paciente, principalmente quando se está atendendo uma urgência numa emergência médica, aonde chegam pessoas que correm risco de vida. Às vezes, detecta-se alguma deficiência no setor de emergência e, às vezes, uma família ou alguém que está sendo atendido não pode imputar aquela falta à estrutura, à falta de recursos do Sistema Único de Saúde, e termina por agredir um colega que está trabalhando, às vezes, de maneira heroica. Portanto, ele, ao fazer este tipo de incursão nos hospitais, nas emergências, de madrugada, termina usando de proselitismo para angariar votos e acaba prejudicando a relação que os médicos têm que ter com seus pacientes. Foi aí que eu discuti com o Movimento Médico Brasileiro, com o Conselho Federal de Medicina, com a Associação Médica Brasileira, com os sindicatos, e decidi, como Vice-Presidente do Progressista, fazer uma denúncia contra essa postura do Deputado Boca Aberta. Volto a dizer, nós moramos em lugares diametralmente opostos: eu moro no início do Brasil, no hemisfério norte, em Roraima, e o Deputado Boca Aberta mora no Paraná. Mas hoje, com as redes sociais, nós temos conhecimento das nossas atividades, todos nós aqui acompanhamos as atividades dos colegas. Aquilo que ele fez lá é algo que agrediu o movimento médico e os médicos do Brasil. Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, ele tem, de maneira reiterada, agredido esta instituição. Aliás, quando ele vem aqui ao Conselho de Ética, ao invés de explicar seus posicionamentos, ele termina por agredir a instituição, os Deputados, como se ele fosse o paladino da moralidade e da decência, e todos nós fôssemos bandidos, pessoas indignas de estar aqui. Eu acho que a postura desse Deputado é algo que deixa o Parlamento brasileiro extremamente preocupado, é algo que torna o Parlamentar muito vulnerável, porque há uma verve nas palavras dele de mobilizar a opinião pública contra as pessoas aqui. A grande maioria que está aqui é formada de pessoas muito sérias, pessoas que têm uma história de trabalho



para ajudar seus Estados, seus Municípios, o País. Nós sabemos disso. Nós estamos aqui todos os dias, Sr. Presidente, e sabemos o compromisso que temos. Quando nos deparamos com alguém que tem aquela postura, aquele comportamento, é motivo de preocupação não só para mim, mas para o Parlamento brasileiro, para a classe política brasileira, que já vive sob ataques que, às vezes, desvalorizam nosso trabalho e comprometem nossa relação política com as pessoas que nos trouxeram para cá. Foi por essa razão, Relator Alexandre Leite, que eu propus esta denúncia em desfavor do meu colega, que é algo doloroso, não é do meu perfil. Eu não o faria se não tivesse a absoluta convicção de que estou fazendo o melhor para esta Casa, para o País, para a Medicina, para a saúde pública. Eu espero que isso sirva para que ele se torne mais moderado e mais cuidadoso ao lidar com as pessoas. As pessoas, independentemente de nível social, de sexo, de convicções, todas as pessoas merecem de nós todo o respeito, algo que ele não tem praticado aqui. Ele tem dado maus exemplos. Aliás, muitas vezes eu encontro esse Deputado de bermuda aqui dentro, andando para um lado e para o outro. Eu acho isso uma falta de decoro. Eu acho que nós temos que respeitar esta Casa, não apenas com nossa postura, mas também com nossa indumentária. Eu continuo à disposição, Sr. Relator e Sr. Presidente.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Eu dou por encerradas minhas perguntas. Recebo a documentação da defesa escrita, o testemunho escrito do Deputado Hiran Gonçalves, ao tempo em que solicito à Mesa que os junte ao processo e os coloque à disposição dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. PSD - SP) - Obrigado, Sr. Relator Alexandre Leite, do Democratas. Obrigado, Deputado Hiran Gonçalves, pela disponibilidade em contribuir para este trabalho.

Eu já havia designado o Dr. Leo Van Holthe como defensor dativo. Como se faz presente aqui o Sr. Rafael Flávio de Moraes, que é Secretário Parlamentar do Deputado Boca Aberta, eu indago ao senhor se gostaria de fazer a defesa do Deputado Boca Aberta.

O SR. RAFAEL FLÁVIO DE MORAES - Não, Sr. Presidente, até porque eu não tenho procuração do Deputado. Eu não tenho como postular por ele.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. PSD - SP) - O.k. Muito obrigado.

Muito obrigado, Deputado Hiran Gonçalves, por estar sempre à disposição e continuar aqui.



Com a palavra o Deputado Alexandre Leite.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Eu peço ao assessor que se manifeste ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. PSD - SP) - Sr. Rafael Flávio de Moraes, Secretário Parlamentar do Gabinete do Deputado Boca Aberta, o senhor aceita fazer a defesa do Deputado Boca Aberta?

O SR. RAFAEL FLÁVIO DE MORAES - Eu não posso fazer a defesa do Deputado, pois não tenho procuração e não posso postular por dele.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. PSD - SP) - Muito obrigado pela disponibilidade.

Gostaria de deixar claro que, devido à presença do senhor aqui, nós temos que lhe fazer esta pergunta.

Convido o Dr. Leo Oliveira Van Holthe a usar a palavra, fazendo seu trabalho como defensor dativo do Deputado Boca Aberta.

O SR. LEO OLIVEIRA VAN HOLTHER - Obrigado, Sr. Presidente.

Saúdo o nobre Relator e o Deputado Hiran Gonçalves, que é testemunha. Eu farei breves perguntas, apenas no intuito de deixar claro que as indagações e as ilações que foram feitas pelo próprio representado, obviamente, podem ser contextualizadas nas discussões que acontecem, sempre de forma muito acalorada, nas Comissões.

Eu vejo que uma delas foi sobre o aumento patrimonial de 2002 a 2018, um período muito longo, e o Deputado Hiran Gonçalves chegou a comentar que só passou a Deputado a partir 2014 e que já exercia a profissão de médico. Obviamente, sendo bem-sucedido na profissão, este aumento patrimonial efetivamente poderia acontecer.

Mas indago se houve este aumento patrimonial de 2002 a 2018, algo que pudesse justificar, ainda que sem nenhum tipo de problema nesse aumento patrimonial, para o representado ter feito essas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. PSD - SP) - V.Exa. pode responder.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Infelizmente, não. Eu vou esclarecer, muito rapidamente, um pouco da minha vida. Eu sou médico legista desde que Roraima era Território Federal. Eu fiz concurso público para médico legista e me tornei médico legista federal no advento do nosso Estado de Roraima. Como éramos funcionários federais, eu optei pela carreira federal e fiquei 25 anos como médico legista, tendo me aposentado



porque, pela aposentadoria especial, são 25 anos. Cumpri meu tempo e me aposentei. Eu sou médico concursado pelo Ministério da Saúde. Eu fiz o último concurso do INAMPS, em 1982, e já tenho tempo de contribuição, portanto já tenho tempo para me aposentar. No entanto, ainda não solicitei minha aposentadoria. Estou com meu contrato, com meu vínculo empregatício suspenso, para exercer meu mandato legislativo. Eu tenho, no meu Estado, uma clínica oftalmológica, que faz todos os procedimentos de oftalmologia e, acredito, faço o estado da arte: eu acho que sou o médico que mais operou na história do meu Estado. Tenho também uma clínica de Medicina de Tráfego. Enfim, eu me dediquei muito à Medicina. Acho que tenho um patrimônio até um pouco aquém daquilo que trabalhei, mas não houve, no decorrer de todo esse tempo, nas minhas declarações de Imposto de Renda, nenhum tipo de discrepância em relação à minha atividade como médico e como empresário da Medicina que também sou, porque nós temos clínica — volto a dizer — onde vários colegas operam. Eu também continuo exercendo a oftalmologia. Não houve, eu nunca tive, nenhum problema com minhas declarações. Normalmente, minhas declarações são operacionalizadas muito precocemente, nos anos posteriores, quando a Receita faz nossas análises. Felizmente, não tenho nenhum problema com meu patrimônio. Nunca se detectou nada em relação a isso.

O SR. LEO OLIVEIRA VAN HOLTHE - Sr. Presidente, apenas a título de esclarecimento, quando o representado também alega que haveria o recebimento de importâncias na prestação de contas da Queiroz Galvão e da JBS, obviamente, até 2015, era extremamente lícito receber doações por parte de pessoas jurídicas, por mais que isso possa ser contextualizado na tentativa de trazer qualquer tipo de conduta ímproba.

Mas houve, na prestação de contas à Justiça Eleitoral, o recebimento de valores por parte ou da Queiroz Galvão ou da JBS que justificasse o representado fazer estas considerações?

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Não. Volto a dizer, a única doação que eu recebi na minha primeira campanha, 5 anos atrás, foi de 10 mil reais do partido PMN. Também recebi algumas doações de alguns colegas médicos do meu Estado, que doaram pequenas quantias. Mas a quantia mais significativa foi do Diretório Nacional do PMN: 10 mil reais.

O SR. LEO OLIVEIRA VAN HOLTHE - Vou finalizar, Sr. Presidente.



É claro que, aqui na Casa, até quem trabalha aqui percebe, ao longo dos anos, Parlamentares que acabam, durante as discussões, seja no Plenário, seja nas Comissões, sempre há um discurso que, muitas vezes, acaba ficando na fronteira entre os debates parlamentares e aquilo que extrapola.

O senhor não acha que, diante do histórico de declarações feitas aqui na Câmara dos Deputados, as declarações do representado não poderiam ser encaixadas neste debate mais acalorado e que acaba, muitas vezes, fazendo o debate chegar a algumas considerações que acabam afetando a honra das pessoas, na tentativa de se colocar em prol das atribuições de fiscalização e da própria atuação do Parlamentar?

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Eu tenho um pensamento muito claro em relação a isso. Nós temos prerrogativas constitucionais de liberdade de manifestação aqui, mas desde que respeitemos a integridade das pessoas, a verdade. Portanto, não se pode aqui caluniar alguém sob a alegação de que se está defendendo algo, uma corporação, uma bandeira política. Não. Nós podemos ser veementes, podemos ser, às vezes, agressivos na fala, mas sempre respeitando a moral das pessoas e respeitando, principalmente, a verdade. Nós não podemos ficar mentindo aqui porque, senão, vamos cair numa coisa extremamente grave na nossa atividade parlamentar: perdermos a respeitabilidade que temos que ter, a credibilidade que temos que ter perante o segmento que nós representamos. Portanto, aqui ninguém tem o direito de emporcalhar ou de conspirar a honra de ninguém. Eu acho que nossa honra tem que ser defendida, porque nós somos não só patrimônios do nosso eleitorado, mas patrimônios da nossa família, dos nossos filhos, dos nossos netos. Não fica bem ficarmos ouvindo aqui certos achincalhes e certas mentiras que, às vezes, nós vamos passar o resto da vida tentando explicar para uma criança, para um jovem em casa, porque eles veem aquilo que está acontecendo aqui. Isso fere muito a honra de quem é sério e correto. Assim, eu acho que a postura desse cidadão aqui é muito grave, inclusive quando ele falseia documentos oficiais para emporcalhar a honra das pessoas.

O SR. LEO OLIVEIRA VAN HOLTHE - Sem mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. PSD - SP) - Muito obrigado, Dr. Leo. Muito obrigado, Relator Alexandre Leite e Deputado Hiran Gonçalves.

Declaro finalizada a oitava do Deputado Hiran Gonçalves.



Não havendo a confirmação das testemunhas da defesa para a realização de oitiva nesta semana, informo que será convocada reunião para oitiva na próxima semana. Fique ciente o assessor do Deputado Boca Aberta.

Peço, por gentileza, ao Sr. Rafael Flávio de Moraes que, se for possível, deixe com a Secretaria da Mesa desta Comissão seu telefone, seu WhatsApp, para possíveis contatos da Comissão com o Deputado Boca Aberta, visto que nos últimos dias houve um desencontro ou dificuldade para encontrá-lo. Portanto, peço ao senhor que deixe com esta Comissão seu telefone e seu WhatsApp.

Agradeço a presença das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados e dos demais presentes.

Convoco reunião deliberativa para amanhã, dia 30 de outubro de 2019, às 14h30min, destinada à apreciação dos pareceres preliminares referentes às representações em desfavor dos Deputados André Janones e Carlos Jordy.

Está encerrada a reunião.